



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

Bonfinópolis no coração da gente.

ADM 2021-2024

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

Ofício nº 233/2024/GAB

Bonfinópolis de Minas, 09 de outubro de 2024.

A sua Senhoria o Senhor
PEDRO CESAR ALVES CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal
Rua Dom Eliseu, nº 51, Centro
CEP: 38.650-000, Bonfinópolis de Minas - MG

Assunto: Resposta ao Requerimento nº 08/2024

Senhor Presidente;

Em resposta ao requerimento nº 08/2024, de autoria dos Vereadores Marcos Brandão, Cíntia da Saúde, Zé Lúcio, Paulo Motorista, Nem Contador, Pedrão do Açogue e Zezinho Despachante, o qual solicita-nos informações e documentos referentes ao Projeto de Lei nº 17/2024, venho prestar informações e encaminhar documentos nos seguintes termos:

1 – Foi mencionado no referido PL que o Município recebeu determinação judicial para acolher menores, o que é expressão da verdade, tendo em vista terem sido determinados pela justiça o acolhimento de menores, dentre os quais destaco os seguintes processos judiciais:

5001180-71.2023.8.13.0082; 5000453-78.2024.8.13.0082; 5000814-95.2024.8.13.0082; 5000102-2024.8.13.0082, todos em segredo de justiça, o que impede o envio da determinação judicial;

2 – Uma vez que foi assinado TAC – Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público objetivando a criação do Serviço Regionalizado de Acolhimento institucional de Crianças e Adolescentes na Comarca de Bonfinópolis de Minas, encaminho o referido documento;

3 – Todas e qualquer despesa para implantação do Serviço Regionalizado de Acolhimento institucional de Crianças e Adolescentes na Comarca de Bonfinópolis de Minas serão suportadas pelos quatro Municípios que compõe a Comarca em partes



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

Bonfinópolis no coração da gente.

ADM 2021-2024

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

iguais, o que será determinado através de ato administrativo assinado entre os Municípios;

4 – Como foi informado no item 3, toda e qualquer despesa para implantação do Serviço Regionalizado de Acolhimento institucional de Crianças e Adolescentes na Comarca de Bonfinópolis de Minas, inclusive, despesas com aquisição, aluguel ou construção de imóvel, serão suportadas pelos 04 (quatro) Municípios da Comarca, nos termos determinados pelo TAC;

5 – O Município de Bonfinópolis ainda não possui a estimativa de custo final para implantação e manutenção do SAICA, o que está sendo levantado pelo setor competente da Administração Municipal, já que temos um cronograma a ser respeitado e algumas etapas já foram concluídas;

6 – Quanto a equipe multidisciplinar citada no requerimento da Câmara Municipal, a Administração baixou a Portaria nº 026, de 27 de fevereiro de 2024, que nomeou membros para compor a comissão para implantação do SAICA, nos termos do documento em anexo.

Sendo o que tenho a informar e encaminhar, coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que esta Casa de Representantes do Povo julgar necessário.

Atenciosamente;

MANOEL DA
COSTA

LIMA:78208831620

Assinado de forma digital
por MANOEL DA COSTA

LIMA:78208831620

Dados: 2024.10.09
13:07:02 -03'00'

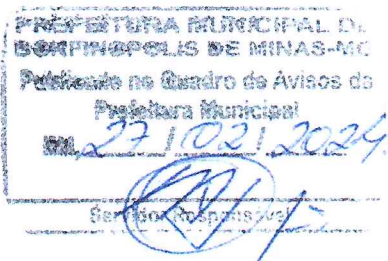
MANOEL DA COSTA LIMA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE BON- FINÓPOLIS DE MINAS - MG	
Protocolo no livro próprio às folhas	
<u>58</u>	Sob o nº <u>256/2024</u>
às <u>13:52</u>	Horas
Bonf.de Minas - MG <u>10/10/24</u>	
Servidor Responsável <u>[Assinatura]</u>	



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BONFINÓPOLIS DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

FOLHA



PORTARIA Nº 026, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO REGIONALIZADO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA COMARCA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS”

O Prefeito Municipal de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, no seu Artigo 88, V;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 19 do ECA, a criança e o adolescente têm direito a serem criados e educados no seio da sua família natural e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que o art. 101, §1º, do ECA, prescreve que o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade;

CONSIDERANDO que o acolhimento é um serviço público, já que satisfaz necessidades da coletividade, visando o bem-estar social, e, por tal motivo, deve ser regulado nos termos do regime jurídico de direito público;

CONSIDERANDO que, consoante o disposto no art. 86 da Lei 8.069/90, a política pública de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO que atualmente os Municípios que compõem a Comarca de Bonfinópolis de Minas não dispõem de serviço de acolhimento institucional;

CONSIDERANDO que os Municípios de Bonfinópolis de Minas, Dom Bosco, Natalândia e Riachinho, assinaram em 24/10/2023, o TAC – Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta para a implantação do Serviço Regionalizado de Acolhimento Institucional da Criança e do Adolescente na Comarca de Bonfinópolis de Minas;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os seguintes membros para comporem a comissão para implantação da Unidade de Acolhimento Institucional na Comarca de Bonfinópolis de Minas:

I – Coordenador:

Nome	Representação
Damiana Lourdes da Cruz Oliveira	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania, Trabalho, Cultura e Turismo



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BONFINÓPOLIS DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

FOLHA

II – Membros:

Nome	Representação
Edmar Idelfonso da Fonseca	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
José Maria Luiz Brandão	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bonfinópolis de Minas, 27 de fevereiro de 2024.

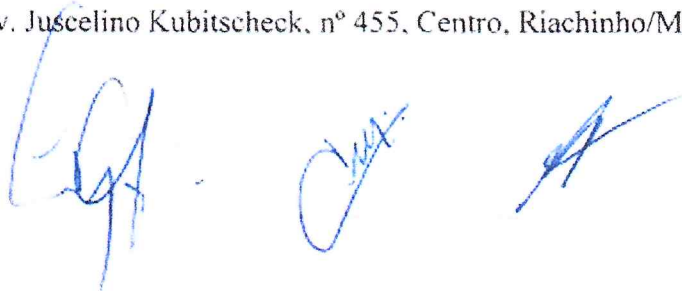
MANOEL DA COSTA LIMA
Prefeito Municipal

Manoel da Costa Lima
Prefeito Municipal

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS E OS MUNICÍPIOS DE
NATALÂNDIA, DOM BOSCO, BONFINÓPOLIS DE
MINAS E RIACHINHO, PARA A IMPLANTAÇÃO DO
SERVIÇO REGIONALIZADO DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL, DESTINADO À EFETIVA
GARANTIA DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO QUE
VISAM PROPORCIONAR, PROVISORIAMENTE, OS
DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE ATÉ O SEU RETORNO À FAMÍLIA DE
ORIGEM OU, EM ÚLTIMO CASO, ATÉ A SUA
COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, pela Promotora de Justiça infra-assinado e, de outro lado o **MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ 18.125.138.0001-82, com sede na Avenida Argemiro Barbosa da Silva, n. 562, bairro Centro, CEP 38.650-000, devidamente representado pelo Prefeito Manoel da Costa Lima, o **MUNICÍPIO DE NATALÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, representada pelo prefeito Geraldo Magela Gomes, inscrita no CNPJ: 01.593.752/0001-76, com sede na rua Natalício, nº 560, Centro, Natalândia/MG, o **MUNICÍPIO DE DOM BOSCO**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ 01602782000100, com sede na Praça Eliane Queiroz Silva, 25 - Dom Bosco, MG, 38654-00, representado por Nelson Pereira de Brito e **MUNICÍPIO DE RIACHINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, representado pelo prefeito Neizon Rezende da Silva, inscrita no CNPJ: 25.222.118/0001-95, com sede na Av. Juscelino Kubitscheck, nº 455, Centro, Riachinho/MG.



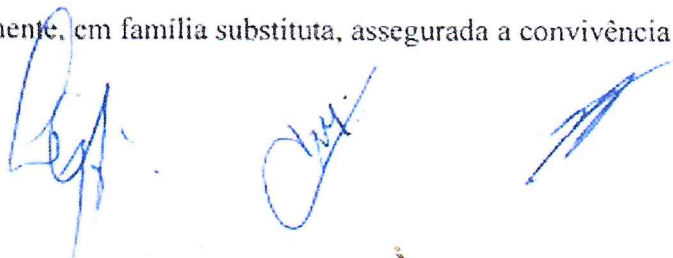
CONSIDERANDO que é dever do Poder Público, conforme disposto no art. 227, *caput*, da Constituição Federal e art. 4º, *caput* e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/90, assegurar a crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que, na forma do disposto no art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei nº 8.069/90, a garantia de prioridade compreende, dentre outros fatores, a precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente, o que importa na previsão de verbas orçamentárias para fazer frente às ações e programas de atendimento voltados à população infantojuvenil (conforme inteligência dos arts. 87, I; 88, II; 90; 101; 112; 129 e 259, par. único, todos da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, nos termos do disposto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente à respeito;

CONSIDERANDO que por força do *princípio* consagrado pelo art. 100, par. único, III, da Lei nº 8.069/90, a *responsabilidade primária* pela plena efetivação dos direitos assegurados à criança e ao adolescente, a partir da elaboração e implementação de políticas públicas intersetoriais específicas, é do Poder Público, sobretudo em âmbito municipal (*ex vi* do disposto no art. 88, I, do citado Diploma Legal), e que por força do disposto no art. 90, §2º, da mesma Lei nº 8.069/90, os recursos necessários à criação e manutenção dos programas e serviços correspondentes devem ser contemplados pelo orçamento dos diversos órgãos públicos encarregados de sua execução;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 19 do ECA, a criança e o adolescente têm direito a serem criados e educados no seio da sua família natural e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária;



CONSIDERANDO que o art. 101, §1º, do ECA, prescreve que o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade;

CONSIDERANDO que a municipalização do atendimento infantojuvenil, previsto no art. 88, I, da Lei nº 8.069/90, restou também contemplada na organização dos serviços de assistência social com a implantação, a partir das diretrizes traçadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS)¹, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, cujo funcionamento está alicerçado na estruturação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), equipamentos sociais responsáveis pela prestação, respectivamente, dos serviços de proteção básica e especial;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são qualificados como um serviço de proteção social especial de alta complexidade, cabendo sua coordenação e articulação ao CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), que deverá executar tal programa em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS² e NOB-RH/SUAS³, complementadas pelo disposto na Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009⁴, que estabelecem padrões objetivos e requisitos mínimos a serem observados na organização do serviço em apreço;

CONSIDERANDO que, em acréscimo à normatização acima citada, os acolhimentos institucional e familiar encontram minuciosa disciplina no documento intitulado “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, aprovado pela Resolução Conjunta CONANDA/CNAS nº 01, de 18 de junho de 2009, que traça as linhas gerais do funcionamento do aludido programa, especificando, entre outros aspectos, o

¹ Instituída pela Resolução nº 145/2004, editada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, como resultado da Conferência Nacional de Assistência Social realizada em 2003.

² Aprovada pela Resolução CNAS nº 269, de 13/12/2006.

³ Aprovada pela (Resolução CNAS nº 269, de 13/12/2006).

⁴ Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

espaço físico e os recursos materiais mínimos necessários para a sua regular implementação, bem como a composição da equipe técnica que o executará;

CONSIDERANDO que o acolhimento é um serviço público, já que satisfaz necessidades da coletividade, visando ao bem-estar social, e, por tal motivo, deve ser regulado nos termos do **regime jurídico de direito público**;

CONSIDERANDO que, consoante o disposto no art. 86 da Lei n.º 8.069/90, a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

CONSIDERANDO que o serviço de acolhimento institucional, segundo o §1º do art.90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, poderá ser prestado por entidades governamentais e não governamentais, que deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária;

CONSIDERANDO que, atualmente, os Municípios em tela não dispõem de serviço de acolhimento, seja na modalidade de acolhimento institucional ou familiar, expondo a risco ainda maior aquelas crianças e adolescentes que precisam ser afastadas do convívio familiar;

CONSIDERANDO que os compromitentes devem ofertar apoio e acolhimento provisório a crianças e adolescentes em situação de abandono ou risco pessoal e social que necessitem de atendimento fora do núcleo familiar de origem, nos termos do art. 7º, *caput*, da Lei Estadual nº 21.966/16, que institui os serviços regionalizados de proteção social especial de alta complexidade;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 9º, I a IV, da Lei Estadual nº 21.966/16, para a implantação do serviço regionalizado de acolhimento institucional, os municípios interessados deverão observar as seguintes condições: I - cada município atendido deverá possuir até cinquenta mil habitantes; II - a oferta regional abrangerá até quatro

municípios; III – os municípios atendidos deverão pertencer à mesma comarca; IV – o tempo de deslocamento entre o município sede da unidade regional e os municípios vinculados deverá ser de, no máximo, duas horas;

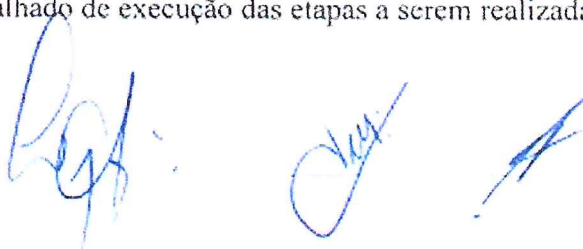
CONSIDERANDO que os Municípios comprometentes se enquadram nas condições legais exigidas para a implantação do serviço regionalizado de acolhimento institucional, tendo em vista que o Município de Dom Bosco possui 3.520 habitantes, o Município de Dom Bosco possui 3.818, Riachinho conta com 6.863 e o Município de Bonfinópolis 5.528; o serviço regionalizado de acolhimento institucional abrangerá apenas os quatro municípios, que pertencem à mesma Comarca e o tempo de deslocamento entre eles é de no máximo 1h30 minutos;

CONSIDERANDO, ainda, que a demanda nesta Comarca é alta e requer a disponibilização de vagas no abrigo a ser implantado, que corresponde ao número máximo previsto no §2º, do art. 9º, da Lei Estadual nº 21.966/16;

CONSIDERANDO, por fim, que compete ao Ministério Público, conforme estabelece o art. 201, V, VI e VIII, da Lei n.º 8069/90, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e aos adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para a proteção dos interesses individuais, coletivos ou difusos relativos à infância e à juventude,

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, na forma do disposto no art. 127 da Constituição da República, art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347/85 e nos art. 201, V, e 211, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

1. **CLÁUSULA 1 – OBRIGAM-SE os COMPROMITENTES**, a promover, por meio das respectivas Secretarias de Assistência Social, **até 24 de novembro de 2025**, devendo os comprometentes apresentarem, no prazo de 60 (sessenta dias), cronograma detalhado de execução das etapas a serem realizadas.



A execução compartilhada do serviço regionalizado de acolhimento, na modalidade de abrigo institucional, devendo, para tanto, celebrarem instrumento jurídico válido que regulamente as obrigações de cada parte, podendo pleitear a cooperação do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 5º, III e parágrafo único da Lei Estadual nº 21.966/16, observadas as regras de direito público e as seguintes obrigações normativas, com relação às instalações físicas do imóvel onde serão acolhidas as crianças e adolescentes, aos recursos humanos e aos procedimentos internos do programa:

1.1. O serviço regionalizado de acolhimento institucional a ser prestado pelos COMPROMITENTES deverá dispor de 20 (vinte) vagas, para o atendimento de crianças e adolescentes, de ambos os sexos, nas idades de 0 a 18 anos.

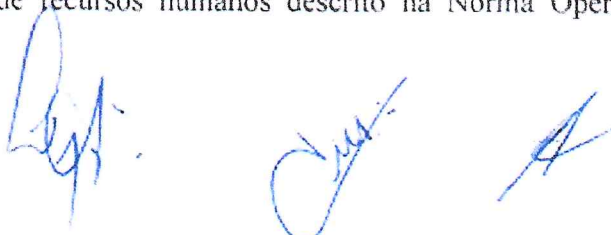
1.2. O imóvel onde o serviço será prestado deverá estar localizado em área urbana, com estrutura física que atenda à exigida pelo documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, aprovado pela Resolução Conjunta CONANDA/CNAS nº 01, de 18 de junho de 2009, seguindo as indicações contidas no quadro abaixo:

Cômodo	Característica
Quarto	Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança de forma individualizada (armários, guarda-roupa com portas, etc.). Número recomendado de crianças/adolescentes por quarto: até 4 por quarto, excepcionalmente, excepcionalmente até 6 por quarto, quando esta for a única alternativa para manter o serviço em residência inserida na comunidade.
Sala de estar	Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os educadores.
Sala de jantar	Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os educadores.
Ambiente para estudo	Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização de atividade de estudo/leitura.
Banheiro	Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças. Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para o uso dos funcionários.

	Pelo menos um dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência.
Cozinha	Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os educadores.
Área de serviço	Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do imóvel, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.
Área externa (calçada, varanda, quintal, jardim, etc.)	Espaços que possibilitem a recreação e o convívio;
Sala para equipe técnica	Com espaço e mobiliário suficiente para o desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc.) Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa/ técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes e que disponha de materiais necessários à escuta de crianças e adolescentes.
Sala de coordenação	Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc.), dispondo de mesas e cadeiras de trabalho, computador com impressora, linha de telefone, além dos demais materiais de escritório necessários para o desenvolvimento das atividades. Deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo. Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.

1.3. O imóvel onde funcionará o acolhimento deverá manter aspecto arquitetônico semelhante ao das demais casas da comunidade onde estiver inserida, sem placas indicativas ou nomenclaturas que impliquem a estigmatização dos usuários.

1.4. O serviço de acolhimento institucional deverá respeitar a previsão quanto ao quadro de recursos humanos descrito na Norma Operacional Básica-RH/SUAS e nas



“Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes” por cada unidade:

Profissional	Escolaridade	Quantidade
Coordenador	Nível superior e experiência em função congênere	1 profissional para cada serviço Carga horária: 40 horas semanais
Cuidador	Nível médio e qualificação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno . A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.
Auxiliar de Cuidador	Nível fundamental e qualificação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno . A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 auxiliar de cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 auxiliar de cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.
Assistente Social	Nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade para pequenos grupos. Carga horária mínima: 30 horas

Psicólogo	Nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade para pequenos grupos. Carga horária mínima: 30 horas
-----------	----------------	---

1.5. A equipe de referência da unidade de acolhimento deverá ser submetida à capacitação específica, sistemática e continuada, nos moldes da Política Nacional de Capacitação, preconizada na Norma Operacional Básica-RH/SUAS, obrigando-se os COMPROMITENTES a promover cursos de capacitação continuada para os funcionários da instituição.

1.6. Os Compromitentes oferecerão à entidade de acolhimento regional a assessoria de um profissional nutricionista (responsável técnico) para atendimento rotineiro da unidade, que deverá:

- a) elaborar um cardápio mensal balanceado e de acordo com as diretrizes alimentares estabelecidas pelo Ministério da Saúde, FAO e WHO;
- b) comparecer semanalmente à entidade para fiscalizar a execução do cardápio elaborado;
- c) realizar, periodicamente, o monitoramento do estado nutricional das crianças atendidas pela instituição.

1.7. OS COMPROMITENTES dotarão o serviço regionalizado de acolhimento de meio de transporte exclusivo, que possibilite à equipe técnica a serviço da entidade de acolhimento institucional regional a realização de visitas domiciliares e reuniões com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e da rede de serviços.

1.8. OS COMPROMITENTES promoverão a inscrição do serviço regionalizado de acolhimento institucional junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Municipal de Assistência Social, no prazo de 90 dias, apresentando, para tanto, projeto de instalação do programa, contendo: a) apresentação; b) justificativa; c) objetivo geral, objetivos específicos, beneficiários, critérios para admissão da família e da criança/adolescente; d) procedimentos (cronograma de atividades, descrição das ações a serem desenvolvidas pelo programa, metodologia de trabalho com os acolhidos e suas família); e) avaliação; f) orçamento (recursos humanos, formação continuada, estrutura física,

recursos materiais), bem como outros elementos exigidos pelo Conselho, nos termos do art. 90, §1º do ECA e da Resolução CNAS nº 16/2010;

1.9. Para cumprimento do disposto nesta cláusula e para os fins do art. 19, da Lei Estadual nº21.966/16 (custeio de despesas com a implantação do serviço regionalizado de acolhimento), os compromitentes se obrigam a estabelecer diálogo com o Estado de Minas Gerais e com a União, visando à cooperação e cofinanciamento federativos do serviço regionalizado de acolhimento institucional pretendido.

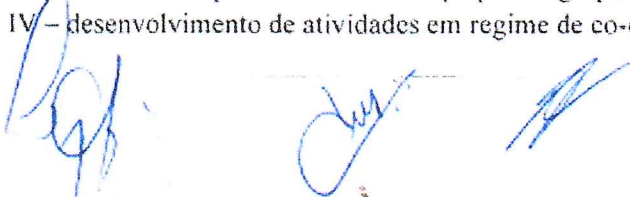
CLÁUSULA 2 – Durante o período concedido na Cláusula 1ª (ou até que se efetive integralmente as políticas de acolhimento na Comarca), os COMPROMITENTES promoverão o acolhimento de todos infantes e adolescentes, que por ventura, dele necessitarem, encaminhados pela autoridade judiciária, ou excepcionalmente, em caráter de urgência, pelo Conselho Tutelar, preferencialmente, em imóvel residencial urbano.

2.1. Caberá aos **COMPROMITENTES**, nessas situações excepcionais, contratar educadores e auxiliares de educador, em caráter excepcional e temporário, bem como disponibilizar equipe técnica composta de Psicólogo e Assistente Social, para atendimento emergencial das crianças e adolescentes acolhidos, elaboração dos Planos Individuais de Atendimento, etc.

CLÁUSULA 3 – O serviço regionalizado de acolhimento institucional, por meio de sua equipe técnica, deverá, **no prazo de 90 dias após o início das suas atividades**, elaborar Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno, bem como procederá à inscrição desses documentos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Municipal da Assistência Social.

3.1. O Regimento Interno e Projeto Político Pedagógico, após revisão/elaboração, serão remetidos ao Ministério Público, para ciência, e terão como norte os princípios previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial os elencados no art. 92:

- I – preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;



- V – não desmembramento de grupo de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

CLÁUSULA 4 – OS COMPROMITENTES adquirirão, no prazo máximo de **15 dias** após o início das atividades, material educativo e de lazer para uso das crianças e adolescentes, em quantidade satisfatória para o atendimento do número de acolhidos.

CLÁUSULA 5 – Caso os **COMPROMITENTES** optem pela execução indireta do serviço regionalizado de acolhimento institucional, se obrigarão a repassar para a entidade da sociedade civil executora valor não inferior a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por vaga disponibilizada, ainda que não preenchida. (Resolução CNAS nº 23/2013 e Portaria MDS nº 05/2014).

5.1. A entidade conveniada deve ser obrigatoriamente registrada no Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes (art. 91 da Lei nº 8.069/90) e inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (art. 9º da Lei nº 8.742/93).

5.2. Em caso de assinatura de convênio, deverá constar do instrumento que o descumprimento das exigências previstas neste documento por parte da entidade implicará na sua penalização, com as sanções administrativas previstas no inciso II do art. 97 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CLÁUSULA 6 – Apenas serão admitidas no serviço crianças e adolescentes com medida de proteção de acolhimento aplicada pelo Conselho Tutelar dos Municípios ou pelo Juiz da Infância e Juventude da Comarca local, considerando o princípio da municipalização do atendimento.

6.1. OS COMPROMITENTES obrigam-se a não receber crianças e adolescentes de outros municípios, salvo se se encontrarem em situação de trajetória de rua.

CLÁUSULA 7 – O serviço de acolhimento institucional, em conjunto com o CRAS, garantirá o acompanhamento da criança e do adolescente após o desligamento, pelo prazo de, no mínimo, 06 (seis) meses, consoante as diretrizes do documento *Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescente*.

7.1. Esse acompanhamento deverá ser realizado através de atendimentos psicossociais, visitas domiciliares, auxílio na busca de trabalho/renda, reuniões, grupos de discussão/apoio, entre outras possibilidades, e poderá ser executado por outros serviços referenciados na Secretaria de Assistência Social.

7.2. Reinserida a criança ou o adolescente no convívio familiar e sanada a necessidade de acompanhamento pelo CRAS ou equipe técnica da Proteção Social Especial e profissionais do serviço de acolhimento, a família continuará o acompanhamento no CRAS ou equipe técnica da Proteção Social Básica, por pelo menos 6 meses, conforme preconiza o art. 23, §7º da Resolução CIT nº 07, de 10 de setembro de 2009.

CLÁUSULA 8 – OS COMPROMITENTES disponibilizarão os serviços médicos, psicológicos, educacionais e socioassistenciais existentes nos municípios da comarca para atendimento prioritário das crianças e adolescentes acolhidos.

CLÁUSULA 9 – Ficam os COMPROMITENTES OBRIGADOS a prever nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias, se necessário, para este exercício e os seguintes, com submissão ao Poder Legislativo, caso indispensável, a execução das atividades adequadas ao cumprimento do presente ajustamento. Tal previsão deverá ser enquadrada em projeto/atividade orçamentário já existente, ou em novo projeto/atividade. Ainda, na Lei Orçamentária, deverá ser previsto o valor apropriado, de modo destacado e em moeda corrente nacional, à execução das atividades necessárias ao cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA 10 – Fica estabelecida aos COMPROMITENTES a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), monetariamente atualizados pelo IGPM, por dia, em favor do FUNEMP - Fundo Especial do Ministério Público até o limite do valor global para implementação do abrigo para eventual descumprimento do contido no presente Termo de Ajustamento de Conduta, consoante preceitua o ato da CGMP nº 2, de 16 de outubro de 2013, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, inclusive criminais e cíveis por atos de improbidade administrativa, ressalvado motivo plenamente justificável, devidamente comprovado nos autos.



10.1. A multa estabelecida passará a fluir a partir do primeiro dia útil seguinte ao do descumprimento da obrigação, independentemente de prévia notificação aos COMPROMITENTES, cessando apenas quando estes comprovarem, por meio de documentos, que a implementou.

10.2. O não pagamento da multa implicará ainda em sua cobrança pelo Ministério Público, corrigida monetariamente pelo índice do INPC e juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre o montante apurado, capitalizado mensalmente pelo regime de juros simples.

CLÁUSULA 11 – Com a assinatura deste termo, fica suspenso o procedimento administrativo extrajudicial, até o prazo final do cumprimento das obrigações aqui avençadas, comprometendo-se o Ministério Público a não adotar qualquer medida judicial, de natureza coletiva ou individual, de cunho civil, contra os compromitentes e seus representantes legais, ressalvada a hipótese de descumprimento das obrigações e dos prazos fixados.

CLÁUSULA 12 – Ficam cientes os COMPROMITENTES de que este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem eficácia plena, desde a data de sua assinatura, valendo como título executivo extrajudicial, na forma do art. 211, da Lei nº 8.069/90, art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e do art. 784, XII, do Código de Processo Civil.

E, por estar de acordo com as cláusulas retrotranscritas, firma o presente compromisso, para todos os efeitos legais, em 03 (três) vias, na presença das testemunhas.

Bonfinópolis de Minas/MG, 24 de outubro de 2023.

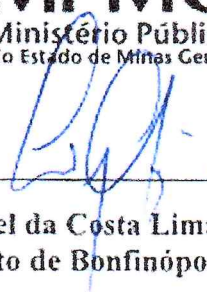
MINISTÉRIO PÚBLICO:

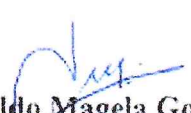
ANDREZA TAUANE
CAMARA SILVA:741100

Assinado de forma digital por
ANDREZA TAUANE CAMARA
SILVA:741100
Dados: 2023.10.25 14:40:04 -03'00'


COMPROMITENTES:




Manoel da Costa Lima
Prefeito de Bonfinópolis de Minas


Geraldo Magela Gomes
Prefeito de Natalândia/MG

NEIZON
REZENDE DA
SILVA:123694
96681
Assinado de forma
digital por NEIZON
REZENDE DA
SILVA:12369496681
Dados: 2023.10.25
14:10:30 -03'00'
Neizon Rezende da Silva
Prefeito de Riachinho/MG


Nelson Pereira de Brito
Prefeito de Dom Bosco/MG

Testemunhas:

1.  - OAB/MG 166.069

2.  Rubem da Silva

NAMP - 706800